

Tendências da economia brasileira e paranaense - 1995-2005

*Gilmar Mendes Lourenço**
*Igor Zanoni Constant Carneiro Leão**

Este texto procura delinear algumas tendências e perspectivas para a economia paranaense no horizonte temporal dos próximos dez anos (1995-2005), a partir da avaliação dos fatores determinantes de sua evolução recente e possibilidades futuras de inserção no contexto nacional e internacional, destacando as principais peculiaridades, deficiências e potencialidades intra-regionais.

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial observa forte desaceleração em seu ritmo de crescimento desde 1989, em face de problemas de estrangulamento financeiro, adequações impostas pela Guerra do Golfo Pérsico e as expectativas desfavoráveis quanto a um provável choque do petróleo, que não viriam a se confirmar. Em 1992 os países industrializados ingressam numa fase de recuperação, puxada pela economia americana, via elevação dos salários reais e dos gastos públicos e diminuição das taxas de desemprego.

Em 1995 ocorre ligeira inflexão dessa trajetória liderada pelo desaquecimento verificado no Japão e Estados Unidos, consequência da recente turbulência nos mercados cambiais e da instabilidade

**Economistas,
pesquisadores do
IPARDES.*

mexicana, implicando refluxo dos investimentos estrangeiros e menor crescimento das maiores economias da América Latina, cujas estratégias de estabilização privilegiaram o ingresso de recursos externos de natureza volátil/especulativa, particularmente Argentina e Brasil.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima incremento de 2,7% em 1995 e 1996 para as 25 economias industrializadas do mundo. Já o comércio mundial deverá crescer 8,2% em 1995 e 7,8% em 1996, o que, somado à depreciação do dólar frente às demais moedas, estimula em tese as exportações brasileiras. A taxa de inflação nos Estados Unidos deve atingir 2,0% e 2,7%, respectivamente, em 1995 e 1996, sendo que no mundo desenvolvido os índices devem alcançar 4,1% e 3,7%, respectivamente, significando que as pressões inflacionárias permanecem sob controle. A taxa de desemprego está caindo em quase todos os países membros da OCDE, algo que não acontecia há décadas (tabela 1).

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, INFLAÇÃO E DESEMPREGO DOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS - 1994-1996

PAÍSES	TAXA DE CRESCIMENTO (%)								
	PIB			INFLAÇÃO			DESEMPREGO		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Estados Unidos	4,1	3,2	2,3	2,1	2,0	2,7	6,1	5,6	5,7
Japão	0,6	1,3	2,3	0,6	-0,3	0,2	2,9	3,1	3,1
Alemanha	2,9	2,9	2,7	2,2	2,1	2,3	9,6	9,2	8,7
França	2,7	3,0	3,2	1,5	1,9	2,0	12,4	12,0	11,5
Itália	2,2	3,0	2,9	3,6	4,3	4,5	11,3	11,1	10,5
Inglaterra	3,8	3,4	3,0	2,0	2,3	2,7	9,2	8,2	7,6
Canadá	4,5	3,9	3,4	0,6	2,1	2,2	10,4	9,4	4,1
G-7	3,0	2,8	2,6	1,7	1,8	2,3	7,2	6,8	6,6
TOTAL OCDE	2,9	2,7	2,7	3,9	4,1	3,7	8,1	7,8	7,6

FONTES: OCDE

Não obstante as perspectivas de diminuição da entrada de capitais privados externos no curto prazo, decorrente da crise de confiança nos mercados emergentes desencadeada com a instabilidade financeiro-cambial do México, a economia mundial deve registrar expansão nos próximos anos, sustentada por reduzidas taxas de inflação e crescimento do comércio físico e monetário, ordenada abertura e ajustes dos países em desenvolvimento e declínio real das cotações das *commodities*. O Banco Mundial (BIRD) projeta incremento médio do Produto Nacional Bruto (PNB) de 3,3% ao ano entre 1995 e 2004, sendo 3% a.a. para os países industrializados e 6% para os países em desenvolvimento.

ECONOMIA BRASILEIRA: DINÂMICA RECENTE E PERSPECTIVAS

No Brasil, a primeira metade dos anos 90 está sendo marcada pela persistência da instabilidade macroeconômica devido ao prolongamento e à intensificação de distorções geradas na década anterior, especialmente a cessação dos fluxos financeiros externos, a crescente elevação dos juros internos, a falência do Estado – reduzindo sobremaneira a capacidade de gasto e investimento público –, a inviabilização de mecanismos de financiamento de longo prazo, o progressivo atraso tecnológico do parque industrial, a pronunciada e crônica aceleração das taxas de inflação, entre outras.

Tudo isso resultou na alternância entre intervalos espasmódicos de aceleração produtiva seguidos por desaquecimento ou contração, em resposta respectivamente ao sucesso e posterior malogro dos sucessivos planos de ajustamento formulados e praticados ao longo dos últimos dez anos de redemocratização do País.

Mesmo assim, a economia brasileira registrou um embrião de relevantes mudanças estruturais neste quinquênio. A primeira delas corresponde ao aprofundamento do processo de abertura econômica e liberalização comercial, via desregulamentação e progressiva redução das alíquotas de importação. Foi iniciada no apagar das luzes da gestão Sarney, mantida na administração Collor e acelerada em 1994, antecipando acordos fixados no âmbito do Mercosul rumo à adoção da Tarifa Externa Comum (TEC).

O abrupto aumento do grau de exposição à concorrência externa num ambiente de contração econômica interna oportunizou uma segunda ordem de modificações, reproduzida em rápidas e pronunciadas alterações de processo e organização da produção. Tais mudanças foram conseqüentes da proliferação de iniciativas de reestruturações técnico-produtivas e gerenciais, lideradas pelo setor privado industrial operante no País, na busca de rápida obtenção de maiores níveis de eficiência operacional, produtividade e competitividade, próximos dos paradigmas internacionais.

Esse processo ganhou contornos mais nítidos com a intensificação e/ou criação de programas de controle de qualidade, racionalização de custos e das linhas de produção, treinamento de mão-de-obra e atualização tecnológica das plantas via aquisição de novos equipamentos. Apesar de generalizado, o movimento de reorganização/modernização empresarial e ampliação marginal da estrutura produtiva (puxada pelas importações de bens de capital) apresentou forte concentração em alguns segmentos da indústria de

bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos) e de capital, não configurando ainda uma retomada dos investimentos em aumento da capacidade produtiva da economia brasileira.

Isso é especialmente verdadeiro quando se observa que, mesmo com a reversão da tendência cadente da taxa de investimento fixo a partir do 1º trimestre de 1993, atingiram-se ainda patamares bastante distantes das médias históricas, em razão da permanência dos diversos entraves estruturais antes mencionados, com ênfase para o comprometimento dos níveis de poupança pública e a indefinição dos esquemas de financiamento dos investimentos de longo prazo (tabela 2).

TABELA 2 - TAXA DE INVESTIMENTO NO BRASIL - 1970/1995

ANO/TRIMESTRE	TAXA DE INVESTIMENTO (% DO PIB)
1970 ⁽¹⁾	23,0
1980 ⁽¹⁾	18,3
1990	15,5
1991	15,0
1992	13,7
1º trimestre	14,2
2º trimestre	13,7
3º trimestre	13,5
4º trimestre	13,4
1993	14,4
1º trimestre	14,4
2º trimestre	14,3
3º trimestre	14,3
4º trimestre	14,7
1994	16,3
1º trimestre	15,9
2º trimestre	15,8
3º trimestre	15,9
4º trimestre	17,7
1995	...
1º trimestre	18,7

FONTES: IBGE, IPEA

NOTA: Sinal convencional utilizado:

...Dado não disponível.

(1) Referente à década.

Especificamente quanto à questão tarifária, é conveniente sublinhar sua forte articulação a objetivos de estabilização de preços no curto prazo, divorciada de uma abrangente política industrial no sentido da elevação da competitividade no longo prazo, aspecto que fica patente com a brusca elevação das taxas alfandegárias para importações de mais de cem itens da pauta de bens de consumo duráveis. Ainda assim, a aceleração da abertura criou e reforçou, de forma quase que irreversível, elos de comercialização e sistemas de distribuição.

A terceira alteração é sintetizada pela própria formação do Mercosul e sua implantação efetiva em janeiro de 1995, representando importante frente de expansão de oportunidades de negó-

cios e inversões, apesar do inevitável arrefecimento ocorrido este ano em virtude da necessidade de ajustamentos macroeconômicos na Argentina e no Brasil por conta dos desdobramentos da crise mexicana. Estima-se que “a crise na Argentina e no México pode sacrificar quase US\$ 1,5 bilhão de nossas vendas externas”.¹

E, finalmente, a quarta modificação expressiva configura a gestação e implantação de um processo de estabilização articulado que, em seu primeiro estágio, ao reduzir drasticamente o imposto inflacionário e neutralizar o componente inercial na formação de preços, ensejou o ressurgimento do enorme potencial de consumo privado reprimido durante as diversas fases recessivas e/ou de descontrole da inflação que atingiram o País.

A rápida escalada dos níveis de demanda para consumo, após o lançamento da nova moeda (real), foi favorecida pela revitalização dos mecanismos de crédito (inclusive informais) e, sobretudo, pela possibilidade de complementação da oferta interna mediante a realização de importações beneficiadas pela valorização do real, num quadro de elevado estoque de reservas cambiais, conformando a âncora cambial. Nessas circunstâncias, é fácil compreender a não precipitação de focos de inflação de demanda, mesmo com a praticamente plena utilização do capital fixo da economia, ao lado do constante adiamento dos projetos de investimento em incremento da capacidade produtiva, estimulado pelas elevadas taxas de juros, que oferecem aos empresários uma opção rentável e desprovida de riscos no mercado financeiro.

Entretanto, a súbita deflagração da crise mexicana e seus reflexos na Argentina, o esgotamento da capacidade de endividamento dos consumidores, em razão da conjuntura de juros altos, e a morosidade do governo brasileiro no encaminhamento e negociação do ajuste fiscal no congresso nacional abalaram a confiança dos agentes (internos e externos) na capacidade de a política econômica garantir a estabilidade de preços e abrir espaço para a retomada do crescimento auto-sustentado.

Na verdade, houve um enfraquecimento da primeira base efetiva do Plano Real que preconizava o controle da inflação por meio de maior expansão das importações, compensada pelo aumento das exportações e o ingresso de capitais externos, atraídos pela estabilidade econômica e, particularmente, pela aceleração das privatizações, predominantemente depois da vitória de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno das eleições presidenciais.

Por essas razões, o governo alterou prioridades e passou a perseguir o retorno dos superávits na balança comercial, o estanca-

¹COUTINHO, Luciano. De volta à armadilha? *Folha de S. Paulo*, 4 jun. 1995. p.4.

mento da tendência de declínio das reservas e o reequilíbrio no balanço de pagamentos, mediante a contenção da demanda interna e a compressão das importações, reforçando a estratégia de juros reais elevados. As ações restritivas começaram a surtir os efeitos desejados pela equipe econômica no segundo trimestre do ano.

Tanto que o mês de abril registrou melhora da situação externa e do desequilíbrio comercial, com quedas nas importações lideradas pela categoria de bens de consumo, diminuição de 1,7% na produção industrial em relação a março (maior declínio desde o início do real), e maio foi marcado por uma reviravolta no fluxo de divisas estrangeiras. Depois de seis meses com resultados negativos, a balança cambial voltou a registrar superávit e encerrou maio com saldo positivo de US\$ 2,427 bilhões, o maior desde a edição do real, reflexo do aumento das operações financeiras com exportações, estimulado pelos ganhos nas operações de adiantamento de contrato de câmbio (compensando o atraso cambial) e o regresso dos capitais especulativos. O ingresso de recursos financeiros atingiu US\$ 4,143 bilhões contra US\$ 3,212 bilhões de saídas, enquanto no câmbio comercial o superávit foi de US\$ 1,497 bilhão (exportações de US\$ 5,082 bilhões e importações de US\$ 3,585 bilhões).

Esse conjunto de resultados, somado à supersafra agrícola com menor rentabilidade financeira devido à retração dos preços, ainda que à custa da produção do próximo ano agrícola, explica o refluxo das expectativas de aceleração inflacionária para os próximos meses.

Evidentemente, cumpre reconhecer a importância desse tipo de condução da política econômica para neutralizar a fuga de capitais e inibir focos de inflação de demanda. Mas é oportuno considerar que a estratégia utilizada sinaliza pronunciada desaceleração do ritmo da atividade econômica, com efeitos adversos sobre o consumo e as decisões de produção e investimento. Ademais, o ambiente contractionista propicia aumento do estoque da dívida interna mais que proporcional à expansão da arrecadação tributária ou da valorização do capital produtivo estatal privatizável, realimentando o déficit público, podendo resultar em desperdício de grande parcela da receita potencial esperada com as privatizações.

Ao mesmo tempo, a insistência oficial em perseguir o financiamento do déficit em conta corrente com a entrada de recursos externos voláteis e/ou especulativos de curto prazo, atraídos pelo elevado diferencial entre juros internos e externos, compromete a capacidade de dispêndio público, principalmente na área social, amplia a vulnerabilidade das reservas cambiais e dificulta a possibilidade concreta de equilíbrio fiscal, essência da estabilização, dado

que só o saneamento definitivo das finanças públicas ensejaria a queda estrutural das taxas de inflação e a estabilidade permanente dos preços.

Diante do que foi resumidamente exposto, depreende-se que o atual ciclo de ajuste do processo de estabilização pode ser interpretado como uma tentativa de privilegiar a contenção da demanda agregada através da compressão dos níveis de consumo privado (juros e controle do crédito), e revigoração artificial e transitório da âncora cambial, enquanto o governo tenta ampliar seu raio de manobra, consolidando as bases da estabilidade mediante o encaminhamento e negociação política das reformas estruturais junto ao Congresso Nacional.

As alterações contemplariam a reorientação do Estado, a redistribuição de tarefas administrativas e responsabilidades financeiras entre União, Estados e Municípios, a reestruturação previdenciária, a flexibilização dos monopólios, as mudanças no sistema tributário que possibilitem equilíbrio estável entre arrecadação e dispêndios públicos e, acima de tudo, redução dos custos financeiro e tributário do Brasil comparativamente a outros países.

Essa linha de ação comporia uma espécie de segundo estágio do plano e condicionaria favoravelmente as expectativas de aumento da eficiência e competitividade da economia brasileira, de saneamento das finanças públicas, de retomada da entrada líquida de recursos externos não-especulativos, e de deflagração da desindexação plena, lance mais audacioso em direção à estabilização. Funcionando igualmente como um catalisador de perspectivas quanto à futura estabilidade, permitiria uma descompressão gradual dos juros e dos compulsórios, e o alongamento do perfil da dívida pública interna via colocação de papéis de longo prazo no mercado.

Em síntese, o raciocínio até aqui desenvolvido corrobora o argumento de que os rumos da economia brasileira no curto prazo estão estreitamente ligados ao sucesso da gestão macroeconômica em termos de controle da inflação, restauração do equilíbrio do balanço de pagamentos e resultados da revisão constitucional, particularmente quanto à tramitação das emendas fiscais. O preenchimento desses requisitos constituiria passo decisivo para a retomada dos investimentos em elevação do estoque de capital da economia, o crescimento auto-sustentado dos níveis de produção e o fortalecimento do mercado interno via recomposição do poder aquisitivo dos salários.

Por esse enfoque, o episódio de fixação de limites quantitativos para as importações de automóveis poderia ser tomado em princípio como providência emergencial e transitória, enquanto são eliminados

os entraves à redução do custo-Brasil, essencialmente nos itens de infra-estrutura, tributação e regulamentação. Ou ainda, ensejaria especulações de tratar-se simplesmente de novo lance protecionista, abrindo precedentes no programa de abertura e retardando modificações mais radicais na política cambial.

Porém, no atual contexto de integração e abertura econômica, a medida provisória das cotas, além de criar um regime automotriz para a indústria brasileira análogo ao da Argentina e compatível com o Tratado de Ouro Preto, que referendou o Mercosul, busca estimular novos investimentos através da redução das alíquotas de importações de bens de capital, matérias-primas, materiais e componentes de 18% para 2% destinadas às indústrias de material de transporte, máquinas rodoviárias e máquinas e implementos agrícolas. Esse tratamento poderia ser estendido a outros segmentos menos preparados para fazer face à concorrência externa, como no caso da indústria têxtil, provável beneficiária da diminuição dos prazos de financiamento das importações ou exigência de pagamento à vista.

Entretanto, é importante ter presente a necessidade de reinstaurar um padrão de financiamento para o substancial volume de inversões públicas e privadas (externas e internas) para a desobstrução dos vários gargalos ao aumento da oferta, latentes desde à época do Plano Cruzado em 1986, especialmente na área de infra-estrutura econômica (energia, portos, estradas etc.), insumos básicos, ciência e tecnologia, entre outros, adicionada do relativamente longo lapso de tempo entre sua decisão, realização e maturação. Assim, parece razoável admitir, passada a estabilização, a ocorrência de uma fase de recuperação produtiva a uma velocidade bastante inferior ao padrão histórico. Os cenários melhor fundamentados, construídos pela ELETROBRÁS, apontam expansão de 5% do produto interno bruto brasileiro entre 1995 e 2005 (tabela 3).

TABELA 3 - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB, NO PARANÁ E NO BRASIL - 1970/2005

PERÍODOS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Paraná	Brasil
1970-75	13,1	10,3
1975-80	13,0	7,1
1980-85	2,4	1,1
1985-90	3,3	1,9
1990-94	4,9	2,3
1995-2005 ⁽¹⁾	6,0	5,0

FONTES: IBGE, ELETROBRÁS, IPARDES

(1) Projeção média elaborada pela Eletrobrás e IPARDES sem incorporar estimativa individualizada para 1995.

ECONOMIA PARANAENSE: TENDÊNCIAS RECENTES E CENÁRIOS REGIONAIS

É praticamente generalizada a interpretação de que, passada a etapa de profunda recessão provocada pela política econômica adotada pelo governo Collor, a economia paranaense ingressa numa rota expansiva a partir de 1991, traduzida em maior ritmo de evolução da produção e gradual recuperação da sua contribuição relativa na geração da renda interna do País. Essa marcha ascendente da estrutura produtiva do estado deriva da ação conjugada de fatores de natureza conjuntural e estrutural/incipiente, de reduzida capacidade de sustentação, enquanto persistir o panorama de instabilidade macroeconômica em nível nacional.

Dentre os aspectos conjunturais, destaca-se a reação das cotações das *commodities*, particularmente dos produtos agrícolas, no mercado externo, decorrente de duas quebras consecutivas da safra americana (1993 e 1994). Esse componente exógeno proporcionou melhoria do grau de capitalização dos produtores rurais e, por extensão, maior emprego de insumos e renovação do parque de máquinas e implementos, resultando na elevação dos níveis de produção e produtividade agrícola e em abrangentes impactos multiplicadores dinâmicos para frente e para trás.

As alavancas estruturais do desempenho recente da base econômica estadual podem ser resumidas em cinco grandes blocos intimamente relacionados, ora sobrepostos, ora alinhados aos elementos conjunturais. O primeiro equivale à disponibilidade e funcionamento de uma estrutura sustentada na agropecuária e nos estágios iniciais e intermediários da agroindústria que, proporcionalmente, agregam menos valor ao processo produtivo *vis-à-vis* outras regiões do País, sobretudo São Paulo, conformando permanente transferência geográfica de potencial de produção, geração de emprego, renda, exportações e receitas fiscais.

A base industrial do Estado apresenta forte concentração nos gêneros agroindustriais da química (óleo bruto e farelo de soja, álcool e fertilizantes) e produtos alimentares, na metalmecânica (metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte) com reduzido nível de integração regional, e no complexo madeira (madeira, mobiliário e papel e papelão), conforme indicado na tabela 4.

O segundo grupo compreende a reprodução ampliada no âmbito regional do movimento global de ajustes técnico-produtivo-gerenciais realizados pelo segmento privado, para enfrentar a situa-

ção interna recessiva e o ambiente de maior exposição brasileira à concorrência externa, priorizando estratégias de rápida melhoria dos níveis de eficiência, produtividade e competitividade, com ênfase para rearranjos nas formas de produção, implantação de modernas técnicas de gestão, controle de qualidade, inovação tecnológica, mudança de equipamentos, entre outros avanços. O novo referencial tecnológico-administrativo foi incorporado de forma mais acelerada nos ramos industriais paranaenses da mecânica, material elétrico e de comunicações, química, alimentos e bebidas.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DO PIB, SEGUNDO OS PRINCIPAIS GÊNEROS DA INDÚSTRIA, NO PARANÁ - 1970/1992

GÊNEROS	DISTRIBUIÇÃO DO PIB (%)				
	1970	1980	1985	1989	1992
Mínerais não-Metálicos	7,2	7,7	5,0	5,6	6,4
Metalurgia	3,2	3,2	2,2	2,8	2,6
Mecânica	3,3	4,5	5,4	6,4	4,5
Material Elétrico e de Comunicações	0,5	3,6	4,4	6,0	3,7
Material de Transporte	1,8	2,1	4,0	7,2	8,7
Madeira	22,5	15,1	7,2	6,1	5,6
Mobiliário	3,9	3,7	1,9	2,5	1,7
Papel e Papelão	5,2	6,1	6,1	7,3	5,8
Química	7,7	24,4	24,8	19,7	20,8
Têxtil	8,5	4,4	3,8	4,8	5,7
Produtos Alimentares	23,7	16,1	25,9	18,4	19,6
Bebidas	3,0	1,0	1,9	2,0	3,8
Fumo	0,2	0,5	2,7	2,7	3,0
Outros	9,3	7,6	4,7	8,5	8,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: IPARDES, SEFA

O terceiro bloco trata da recuperação dos patamares de rendimento físico das lavouras no estado – ainda que concentrada nas culturas de soja e milho –, associada a condições climáticas propícias, aos impulsos conjunturais externos e à intensificação dos programas de manejo integrado e conservação dos solos iniciados há mais de dez anos.

O quarto é constituído pela frente internacional, incluindo o Mercosul, evidenciada pelo abrupto crescimento das exportações paranaenses para o resto do mundo que, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), saltam de US\$ 2,1 bilhões em 1992 para US\$ 2,5 bilhões em 1993 e US\$ 3,5 bilhões em 1994, observando variação acumulada de 66,2% contra 21,4% da média nacional nos últimos dois exercícios. “Tal performance elevou a

contribuição relativa do estado nas vendas externas brasileiras de 5,9% em 1992 para 6,4% em 1993 e 8,05% em 1994",² confirmando o quarto lugar no *ranking* de estados exportadores, e ampliando o coeficiente de exportações (exportações/PIB) da economia regional de 7,8% em 1992 para 10,6% em 1994, contra média brasileira de 8%.

Ao mesmo tempo, surgem os reflexos regionais dos primeiros resultados da integração comercial do Brasil com os países do Mercosul, principalmente Argentina (favorecida pela manutenção da taxa de câmbio fixa naquele país), propiciando substancial incremento da corrente de exportações paranaenses. Assim, a participação do Mercosul nas exportações totais do estado saltou de 4,1% em 1990 para 14,9% em 1993, puxada pelo desempenho dos complexos metalmeccânico e agroindustrial, apesar da queda para 10,3% em 1994.

Por fim, o quinto bloco enfatiza as repercussões imediatas das ações do governo estadual materializadas na restauração e/ou aprimoramento da infra-estrutura econômica (reparação/conservação de rodovias estaduais, aumento da oferta de energia elétrica com a conclusão das obras de Salto Segredo, duplicação da BR 376 no trecho Curitiba-Joinville, reativação das obras de construção da Ponte sobre o rio Paraná em Guaíra, construção do primeiro estágio da Ferroeste, modernização do Porto de Paranaguá, entre outras). Frise-se que essas iniciativas devem gerar significativos impactos setoriais/regionais, alargando vantagens comparativas. Tomem-se dois exemplos:

- a) a Ponte sobre o rio Paraná ligando Guaíra (PR) a Novo Mundo (Mato Grosso do Sul), que possibilitará maior fluxo de produção agrícola do MS e Paraguai em direção ao Porto de Paranaguá, alternativamente ao transporte via rio Tietê (SP) até o terminal portuário de Santos;
- b) o projeto Ferroeste, que prevê transportar a produção agrícola do Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul, Paraguai e norte da Argentina, estimada atualmente em 4 milhões de toneladas/ano, podendo atingir 10 milhões de toneladas/ano em 2005. Calcula-se que o custo de transporte será sensivelmente menor quando confrontado com a opção rodoviária (US\$ 21/t por caminhão para US\$ 12/t por via férrea entre Cascavel e Paranaguá e US\$ 32/t *versus* 16/t no trecho Guaíra-Paranaguá). Tudo isso sem incluir o barateamento relativo do dispêndio final com insumos (especialmente calcário e fertilizantes) e a indução a novas

² LOURENÇO, Gilmar Mendes. *Expansão recente da economia paranaense: componentes estruturais e conjunturais. Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.17, n.3-4, p.20-25, mar./abr.1995, p.22.*

investimentos, como a verticalização da produção da Cotriguaçu, a instalação de uma unidade de moagem de soja pela Cooperativa Agrária Entre Rios em Guarapuava e a formação de um consórcio de seis cooperativas em Laranjeiras do Sul para implantação de um frigorífico de abate de suínos e aves.

Todavia, é oportuno sublinhar a fragilidade das bases do comportamento regional, vulnerabilizadas ao menor sinal de desequilíbrio externo e/ou de acentuação do quadro de descontrole macroeconômico. Tal argumentação facilita a compreensão da perda de ímpeto dos elementos de ativação da economia paranaense no primeiro semestre de 1995, em face da combinação de fatores adversos como a redução dos preços dos produtos agrícolas nos mercados externos (devido à supersafra americana), o atraso cambial e as deficiências na política agrícola do Executivo federal, especialmente quanto à escassez e ao retardo na alocação de crédito rural e a não correção dos preços mínimos desde agosto de 1994, confirmando o firme propósito de retirada do governo do setor, adequado à retórica liberal. Essa conjuntura desfavorável provocou forte redução da rentabilidade financeira do setor primário, impactando compressivamente sobre os diversos elos da cadeia produtiva. Tanto que estatísticas do IBGE demonstram sensível desaceleração no ritmo de expansão da produção industrial paranaense de janeiro a março 1995, constituindo de longe o pior desempenho entre os estados brasileiros (tabela 5).

TABELA 5 - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DOS PRINCIPAIS ESTADOS BRASILEIROS - 1995

ESTADOS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	Março	Acumulado Jan.-Mar.	Acumulado 12 meses
Pernambuco	23,4	38,6	17,6
Bahia	6,3	10,0	7,2
Minas Gerais	7,6	9,8	8,7
Rio de Janeiro	6,1	10,8	5,9
São Paulo	17,4	19,9	11,9
Paraná	-1,5	2,0	6,6
Santa Catarina	18,1	18,0	9,9
Rio Grande do Sul	11,6	15,2	10,5
BRASIL	13,3	15,5	9,9

FONTE: IBGE/DPE/DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA

NOTA: Base de comparação: idêntico período do ano anterior.

Quanto ao Mercosul, é razoável admitir um certo arrefecimento nas transações comerciais e na corrente de investimentos industriais entre os dois principais parceiros (Brasil e Argentina), dada a

necessidade de ajustes para salvaguardar a consistência dos planos de estabilização praticados nos dois países – com a persistência da crise mexicana e seus respingos sobre a América Latina –, afetando negativamente o desempenho de economias regionais como a paranaense.

A continuidade dos investimentos privados em modernização, o desengavetamento dos projetos em ampliação da capacidade produtiva via implantação de novas unidades e o prosseguimento da atuação pública estadual na área infra-estrutural dependem de indicações inequívocas da política econômica no sentido da criação de um ambiente propício a um novo ciclo expansivo, incluindo condicionantes como reforma fiscal e tributária – inviabilizando a guerra fiscal entre estados com a incidência do substituto do ICMS somente sobre a venda final –, saneamento definitivo das finanças públicas, possibilidade de aporte de recursos externos, designação de mecanismos de financiamento de longo-prazo, deslanche da abertura econômica, restauração do poder aquisitivo dos salários, repercutindo no incremento dos níveis de renda e emprego e, por extensão, na performance de bases regionais fornecedoras de bens de consumo.

Portanto, a potencialização dos cenários de recuperação da economia paranaense nos próximos anos requer, além da superação dos desequilíbrios macroeconômicos, esforços articulados do setor público e agentes privados estaduais no enfrentamento de alguns desafios e na viabilização de alternativas produtivas e tecnológicas.

A primeira frente deve privilegiar o espaço existente para ações e estímulos ao aumento da oferta agrícola via uso intensivo de tecnologia, em virtude da restrição à expansão horizontal da produção motivada pela insuficiência de terras mais aptas a serem incorporadas ao processo produtivo no estado, e do avanço da fronteira agrícola, agroindustrial e financeira em direção à região Centro-Oeste.

Essa migração de capitais agrários, mercantis, industriais e financeiros vem sendo induzida também por agressivas políticas de incentivos fiscais praticadas pelos governos de Mato Grosso do Sul e Goiás. No conjunto esses constrangimentos prejudicam as possibilidades de aumento tanto da vertente extensiva da agroindústria processadora quanto dos fabricantes de insumos e implementos no território paranaense. Evidentemente, a exploração desse campo pressupõe inversões em pesquisa, extensão rural e assistência técnica, privilegiando o direcionamento de novas tecnologias e o treinamento de produtores.

A segunda linha de atuação deve buscar uma maior diversificação agroindustrial através do emprego do capital fixo ocioso, do estabelecimento dos ciclos finais de transformação, de modernização tecnológica, do aproveitamento das vantagens relativas regionais e do suporte da base empresarial cooperativista. As cooperativas, enxutas e reestruturadas depois do encurtamento do volume de crédito rural no início do governo Collor, dominam os mercados de matérias-primas, detêm expressiva parcela da capacidade de industrialização do estado, atuam de forma regionalizada, facilitando a identificação de oportunidades de negócios e inversões, e constituem organizações com base administrativa e formas de capitalização modernas (operando inclusive no mercado de ações), propiciando a alocação de recursos de forma mais eficiente em integração/verticalização nas principais áreas produtoras.

Com as portas abertas pelo Mercosul, é provável também a acentuação dos esquemas de parcerias entre cooperativas paranaenses e argentinas, seguindo exemplo da recente definição de bases para um acordo comercial entre Batavo (Brasil-Paraná) e Sancor (Argentina) que vai movimentar 400 toneladas/mês de produtos entre os dois países. A marca brasileira deve ser usada na distribuição dos queijos argentinos em nosso território e a da Sancor facilitará a entrada no mercado vizinho dos apresuntados e frangos fabricados pela Batavo.

A terceira frente configura a necessidade de ampliação da base estadual em ciência e tecnologia com vistas à implantação ou consolidação dos segmentos de ponta nas áreas de biotecnologia, novos materiais, microinformática, eletroeletrônica, química fina e mecânica de precisão. O estabelecimento dessas atividades poderia colocar o estado em fase com as mudanças tecnológicas que se operam nas economias avançadas, ainda que com certo retardo, dados o elevado risco – em virtude dos problemas inerentes à passagem da escala laboratorial para a industrial – e o longo prazo de maturação das inversões em pesquisa e desenvolvimento.

A quarta constituiria a reconstrução dos mecanismos de participação (presença e influência) política paranaense no âmbito federal, no sentido da negociação de projetos e fontes de recursos prioritárias ao crescimento econômico do estado.

Esse grupo de ações poderia contribuir para o incremento dos patamares de produção, emprego, renda e arrecadação tributária do estado, ampliando o potencial de dispêndio e inversão pública em infra-estrutura econômica e programas sociais e, simultaneamente, o rol de vantagens comparativas exibidas pelo Paraná na atração de novos empreendimentos. Dentre elas sobressaem a situação geoeco-

nômica privilegiada – uma espécie de ponto médio entre os mercados consumidores e fornecedores industriais do país e os centros compradores do Mercosul – e as condições infra-estruturais adequadas e modernas na área de telecomunicações e energia elétrica.

A neutralização ou rompimento das debilidades/ameaças e o pleno aproveitamento das oportunidades devem garantir ao Paraná, em condições de retomada auto-sustentada do crescimento em nível nacional, taxas de desempenho superiores à média brasileira a médio prazo, lideradas pela concretização da programação de investimentos privados em expansão da capacidade produtiva, renovação das linhas de produtos e alterações estruturais rumo à incorporação de ganhos de produtividade. Por essas razões, projeta-se crescimento de 6,0% ao ano do PIB estadual entre 1995-2005, acima da taxa média dos primeiros quatro anos da década de 90 (tabela 3).

Esse cenário deve ser composto, prioritariamente, pela modernização/verticalização/aumento da capacidade agroindustrial (com grande presença das cooperativas); ampliação de produção, diversificação e maior interdependência do ramo metalmeccânico; modernização e expansão do parque cimenteiro; incremento dos segmentos de bebidas e madeireiro; e modernização da refinaria de petróleo e conclusão dos oleodutos.

De acordo com a hipótese provável de progressiva redução das relações de troca desfavoráveis apresentadas pela economia paranaense frente aos estados do Sul-Sudeste – exportador de produtos agrícolas e matérias-primas agroindustriais e importador de insumos industriais e bens de consumo duráveis e de capital –, a performance projetada elevaria a participação estadual no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para 6,50% e 6,72% respectivamente nos anos 2000 e 2005, equivalendo a US\$ 46,285 bilhões e US\$ 61,069 bilhões (tabela 6).

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO E PIB TOTAL DO PARANÁ E BRASIL - 1980/2005

ANO	PR/BR (%)		PRODUTO INTERNO BRUTO (US\$ bilhões correntes)		
	H1	H2	Brasil	Paraná	
				H1	H2
1980	6,69	6,69	213,399	14,276	14,276
1985	6,51	6,51	304,491	19,822	19,822
1990	6,02	6,02	417,054	25,107	25,107
1994	6,25	6,25	531,029	33,189	33,189
2000 ⁽¹⁾	6,50	6,62	711,630	46,285	47,079
2005 ⁽¹⁾	6,72	6,94	908,240	61,069	63,003

FONTES: BANCO CENTRAL, IPARDES

NOTAS: H1 (hipótese 1): redução das relações de troca desfavoráveis.

H2 (hipótese 2): neutralidade dos preços relativos.

(1) Projeção IparDES, preços constantes de 1994.

Numa pressuposição otimista de neutralidade no comportamento dos preços relativos dos bens e serviços produzidos no estado comparativamente à média nacional – ou se a diversificação agroindustrial e o avanço dos ramos mais modernos eliminarem aquela condição de exportador líquido de mercadorias para outros estados brasileiros assumida pelo Paraná –, o PIB estadual atingiria o montante de US\$ 47,079 bilhões e US\$ 63,003 bilhões nos exercícios 2000 e 2005 respectivamente, representando 6,62% e 6,94% do total nacional.

O perfil regional desse crescimento prospectivo deve reproduzir o curso de desconcentração econômica ocorrido no País nos anos recentes. Esse processo desenha uma trajetória de diminuição da participação relativa do estado de São Paulo em favor de um espaço geográfico reduzido, conformado pelo Sul-Sudeste, considerado inclusive sua área imediata de influência ou reflexo da dinâmica econômica paulista. Além do mais, trata-se de uma disseminação limitada da produção, exigindo um mínimo de condições infra-estruturais, mas preservando a concentração do poder decisório, tecnológico e de serviços de apoio de natureza superior.

Os cenários mais prováveis contemplam uma intensificação dessa marcha de desconcentração numa faixa territorialmente próxima à Grande São Paulo, especialmente o interior do estado, acompanhando os principais eixos rodoviários, acrescida das unidades federativas de Minas Gerais (principalmente o sul do estado, dada sua proximidade à região metropolitana paulista) e Paraná (área de influência de Curitiba), ambas favorecidas por suas condições econômico-infra-estruturais especiais.

Diante disso, por um lado constata-se a tendência de acentuação da concentração econômica na Região Metropolitana de Curitiba, particularmente nos complexos petroquímico/fertilizantes nitrogenados, metalmeccânico, cimenteiro, madeireiro e cerâmico, e no desenvolvimento de base tecnológica e, em menor medida, de fornecedores. A propósito das atividades cerâmicas, Campo Largo sedia o maior pólo produtor de cerâmica e porcelana do país, responsável por 90% e 30% respectivamente da produção nacional, gerando 15 mil empregos diretos, investindo atualmente em redução de perdas no processo industrial, melhoria de qualidade e inovações no *design*.

Por outro, há o delineamento de um padrão locacional mais disperso na consolidação dos projetos agroindustriais estratégicos (alimentos) e na fixação de ramos de bens de consumo como bebidas. Porém, é necessário entender que as perspectivas de dinamização econômica das áreas regionais do interior estão estreitamente ligadas

à sua forma de articulação à dinâmica econômica global. Nos pólos regionais emerge a possibilidade de implantação de atividades de maior porte vinculadas aos mercados nacional e internacional e/ou à capacidade empreendedora local em identificar oportunidades de exploração de recursos primários em resposta a estímulos/frentes externas, com relevantes efeitos multiplicadores regionais.

No Norte do estado, Londrina estaria avançando rumo à pronunciada diversificação econômica, resgatando sua vocação agroindustrial e contemplando inversões de maior agregação de valor (bebidas, confecções com canais de comercialização via centro atacadista) e/ou de base tecnológica (incubadora industrial e projeto de parque tecnológico). Paralelamente articula-se a tentativa de estimular no empresariado o interesse em reproduzir o modelo italiano de desenvolvimento baseado em pequenas e médias indústrias. Essas iniciativas repousam sobretudo nas chances de disputar faixas de mercado ampliadas pela ligação com o interior paulista.

A região de Maringá, que detém a maior capacidade de refino de soja e fabricação de fios de algodão e seda do estado, tende à consolidação como pólo têxtil-confecções, especialmente no eixo Maringá-Cianorte (onde foram construídos *shoppings* atacadistas a partir de 1988), e agrícola-agroindustrial. Essa segunda possibilidade deve estar ancorada na estrutura cooperativista liderada pela Cocamar e na perspectiva de maior integração com a área de influência de Campo Mourão, centrada nas atividades da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo), oportunizando o fechamento dos ciclos produtivos regionais da soja, açúcar, milho e algodão, principalmente se ocorrer a duplicação da PR 317.

O território abrangido por Apucarana (Vale do Ivaí) ostenta enorme potencial para funcionamento de um complexo calçadista e outros subprodutos do couro, diminuindo a costumeira transferência do produto beneficiado para transformação industrial em outros estados, a partir de inversões realizadas por um *pool* de médias empresas regionais.

O funcionamento da base econômica do Noroeste paranaense vem sendo determinado pela disponibilidade de um dos maiores rebanhos bovinos do estado tanto para corte quanto para leite – a região concentra quase metade da produção de derivados de leite do estado, menos elaborados devido à alta acidez do produto –, pela operação de fábricas de farinha e fécula de mandioca e pelo surgimento e crescimento do complexo alcooleiro após o declínio do café, na esteira dos incentivos do Proálcool e como forma de combate à erosão na área do arenito-caiuá.

Essa configuração começa a mudar com a rápida expansão da citricultura e a viabilização de um projeto industrial integrado, consequência da aglutinação de vários esforços, com destaque para:

- a) a derrubada do lobby exercido pelo oligopólio industrial do interior de São Paulo e a autorização do cultivo regional da laranja;
- b) o desenvolvimento de variedades resistentes ao cancro cítrico através do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR);
- c) a capacidade empreendedora da Cocamar em parceria com a empresa norte-americana Albertson Group, ocupando brechas potenciais do mercado externo.

O cultivo da laranja representa alternativa de diversificação econômica e incremento da renda regional, oferecendo rentabilidade superior às pastagens, possibilitando o plantio intercalado nos primeiros anos, e forçando a instituição de uma mentalidade empresarial-associativa mediante a constituição de condomínios de produtores para obtenção de recursos financeiros de terceiros (exigência de 100 ha de área mínima) necessários à sustentação do plantio de 30 mil ha até o ano 2000.

Adicionalmente, vislumbra-se a formação de um pólo têxtil (fabricação de brim e popeline numa primeira fase e tinturaria posteriormente), decorrente de consórcio celebrado entre empresários do município de Paranaíba e a Cocamar, e o desenvolvimento da sericicultura em face da disponibilidade de terras e clima adequados à produção de amoreira e bicho-da-seda. Na prática, a sericicultura representa alternativa de diversificação de pequenas propriedades, integradas com as indústrias compradoras de fios (no caso cooperativas) desde o fornecimento de clones (enxertos) de amoreira, assistência técnica e financiamento dos projetos.

Delineia-se também a consolidação do segmento sucro-alcooleiro, mediante a introdução de melhorias qualitativas nos segmentos agrícola e industrial puxada por importante grupo empresarial regional, e o avanço da indústria de couros movida pela disponibilidade de matéria-prima, principalmente em Umuarama e Paranaíba. Particularmente quanto ao segmento mandioqueiro, existe a possibilidade de estabelecimento de parceiras para fornecimento do *know-how* regional na produção de raízes ao Estado de Tocantins visando à implantação de agronegócios. Esse novo perfil econômico dominante demonstra forte impacto em termos de absorção de mão-de-obra.

A dinâmica do Oeste está intimamente associada à operação de um complexo agroindustrial moderno e competitivo, articulado aos eixos dinâmicos do País e do exterior. A região deve corroborar essa vocação – liderada por atividades integradas de abate de animais, com perspectivas de surgimento de indústrias têxteis e de confecções –, potenciada por dois fatores:

- a) implantação do Parque Tecnológico Agroindustrial do Oeste, que deve dispor de infra-estrutura científica e tecnológica para novos investimentos, desenvolvimento de novos produtos e processos;
- b) vantagem locacional atestada por sua posição geográfica estratégica no corredor de exportações ao Porto de Paraguá, multiplicada com a instalação da Ferroeste e a construção da Ponte sobre o Rio Paraná em Guaira. Ressalte-se que os impactos da Ferroeste devem cobrir mais de 60 municípios, nos eixos Cascavel-Toledo e Cascavel-Guarapuava, localizados na área de atuação de cerca de 15 cooperativas agrícolas.

Em paralelo detecta-se a perspectiva de fortalecimento da pecuária de leite da região, reforçando sua posição de segunda bacia leiteira do estado, através do crescimento do rebanho, melhoramento de sua qualidade genética e incorporação de animais de alta linhagem, garantindo ganhos de produtividade e o surgimento de indústrias de laticínios.

O município de Foz do Iguaçu deve intensificar seu perfil comercial-turístico, atraindo empreendimentos para atendimento da demanda dos serviços, predominantemente de hotelaria.

O Sudoeste deve aprofundar sua propensão à industrialização de carnes, principalmente de suínos e aves, beneficiada pela estrutura fundiária concentrada em pequenas propriedades, suscetíveis ao desenvolvimento de atividades integradas, sobretudo a avicultura.

A região Sul, polarizada por Ponta Grossa, detém a maior parte do rebanho de raça europeia do estado, especializado na produção leiteira com tecnologia avançada, e concentra a maior capacidade de esmagamento de soja e moagem de trigo. Daí seu enorme potencial de diversificação econômica em face das vantagens decorrentes da proximidade da Região Metropolitana de Curitiba e por sediar um entroncamento rodoferroviário.

Constata-se também a consolidação dos pólos de derivados lácteos, de extração e transformação do xisto, de indústrias metalme-

cânicas voltadas à fabricação de implementos agrícolas, e de papel e papelão, abrangendo fábricas localizadas nos municípios de Telêmaco Borba, Arapoti e Jaguariaíva, estes dois últimos integrados ao interior de São Paulo pelo eixo viário. Essas peculiaridades positivas são atestadas pela viabilização do projeto de instalação da Kaiser.

O Porto de Paranaguá, o maior do Sul do País e líder nacional na exportação de grãos, carece de melhorias infra-estruturais e da introdução de novos equipamentos capazes de garantir a elevação dos níveis de produtividade dos serviços e tarifas competitivas com os terminais do resto do mundo.

Afora essas tendências de crescimento regional, restam os caminhos de desenvolvimento trilhados a partir da exploração de fontes e potencialidades locais, direcionando iniciativas para a agroindústria e/ou processamento de recursos naturais, voltadas ao atendimento de mercados mais restritos. Esta conformação parece ser apropriada no caso do possível pólo madeireiro-moveleiro de Telêmaco Borba, a partir da disponibilidade de matéria-prima (*pinus* e *eucaliptus*) reflorestada pela indústria Klabin.

A argumentação aplica-se também aos incentivos à competitividade e diversificação da fruticultura e à recuperação da cultura cafeeira – mediante o emprego do método de plantio adensado – no Norte Pioneiro. No tocante a essa região, vale realçar a permanência das atividades sucro-alcooleiras na dianteira de sua performance.

Cabe inserir ainda a especialização produtiva do Alto Ribeira – citricultura, recursos minerais (chumbo e fluorita) e reflorestamento –, comprometida pelas dificuldades de acesso ao mercado devido às precárias condições da infra-estrutura viária na BR 476, ligando a região a Curitiba e ao interior de São Paulo.

Cumpramos reconhecer que esses movimentos locais das atividades produtivas embutem a lógica privada, priorizando a maximização da rentabilidade dos empreendimentos. A postura do poder público estadual concedendo dilação de prazo de recolhimento do ICMS por três anos sobre 70% do volume a ser gerado no caso da planta da Kaiser, oferecendo estímulos físicos e viabilizando fontes de financiamento para a expansão da Sadia em Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Toledo e Paranaguá revela-se insuficiente para reverter os critérios empresariais na escolha da macrolocalização (estado/região) dos estabelecimentos fabris.

Essa perspectiva pode sofrer alguma mudança, dependendo dos efeitos/receptividade do programa de incentivos recentemente anunciado pelo governo do estado, contemplando as novas plantas

industriais ou as iniciativas de expansão com carência de até 4 anos e prazo de mais 4 anos para recolhimento de 50% a 80% (dependendo da localização) do ICMS a ser gerado, e oferecendo diferimento de até 100% do tributo estadual para projetos sem similar no Paraná.

A microlocalização permanecerá condicionada à bateria de incentivos físicos, financeiros e renúncias tributárias (impostos e taxas do tipo IPTU e ISS) colocadas à disposição dos empreendedores pelas diferentes administrações municipais.